

Moda e trabalho como prática de exclusão social: uma revisão das produções acadêmicas brasileiras

Fashion and Work as a Practice of Social Exclusion: a Review of Brazilian Academic Literature

Moda y trabajo como práctica de exclusión social: una revisión de la literatura académica brasileña

Pedro Afonso Cortez¹
Jullie Tenório Ed Din Sammur²
Marcus Vinícius Rodrigues de Souza³
João Paulo Araújo Lessa⁴

Resumo

A moda é uma construção social polissêmica que pode implicar exclusão social a diferentes atores sociais. Dessa forma, objetivou-se identificar os impactos da indústria da moda nas construções identitárias, contextos de trabalho e organização social, com o intuito de fomentar práticas psicossociais capazes de enfrentar a ocorrência de exclusão social nesses espaços. Foram identificados nove trabalhos sobre o tema por meio de busca na base de dados SciELO (Scientific Eletronic Library Online). Os resultados demonstraram que os estudos foram produzidos predominantemente por meio de método qualitativo com colaborações interdisciplinares entre ciências humanas e sociais aplicadas. De maneira geral, também evidenciaram a moda associada aos contextos laborais precarizados, permeados por anulação identitária de minorias como mulheres, indígenas e imigrantes, os quais tendem a ser submetidos às práticas psicossociais insatisfatórias que devem ser aprimoradas por meio da promoção de ideário equitativo e práticas inclusivas em múltiplos contextos.

Palavras-chave: Moda. Gênero. Exclusão social. Discriminação no trabalho. Trabalho.

Abstract

Fashion is a polysemic social construction and may imply social exclusion to different social actors. For this reason, we aimed to identify the impacts of the fashion industry on personnel identity, work contexts and social organization, with the intention of fostering psychosocial practices capable of lowering the occurrence of social exclusion. We retrieved nine papers by the Scientific Electronic Library Online (SciELO) database. We found that the studies were produced predominantly through the qualitative method with interdisciplinary collaborations between the humanities and social sciences. In general, we also realized the fashion industry associated with precarious work contexts, permeated by the identity annihilation of minorities such as women, indigenous and immigrants, who tend to be subjected to unsatisfactory psychosocial practices that must be improved through the promotion of equitable ideas and inclusive practices in multiple contexts.

Keywords: Fashion. Genre. Social exclusion. Discrimination at work. Labour.

Resumen

La moda es una construcción social polisémica que puede implicar exclusión social a diferentes actores sociales. De esta forma, se objetivó identificar los impactos de la industria de la moda en las construcciones identitarias, contextos de trabajo y organización social, con el propósito de fomentar prácticas psicossociales capaces de enfrentar la ocurrencia de exclusión social. Se identificaron nueve trabajos sobre el tema por medio de búsqueda

¹ Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, Universidade São Francisco.

² Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte, Universidade Federal de Alagoas.

³ Hospital das Clínicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, Universidade São Francisco.

⁴ Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, Universidade São Francisco.

Cortez, P. A., Sammur, J. T. E. D., Souza, M. V. R., & Lessa, J. P. A. Moda e trabalho como prática de exclusão social: uma revisão das produções acadêmicas brasileiras.

en la base de datos SciELO (Scientific Eletronic Library Online). Los resultados demostraron que los estudios fueron producidos predominantemente por medio del método cualitativo con colaboraciones interdisciplinarias entre ciencias humanas y sociales aplicadas. De manera general, también evidenciaron la moda asociada a los contextos laborales precarizados, impregnados por anulación identitaria de minorías como mujeres, indígenas e inmigrantes, los cuales tienden a someterse a las prácticas psicosociales insatisfactorias que deben ser mejoradas por medio de la promoción de ideario equitativo y prácticas inclusivas en múltiples contextos.

Palabras clave: Moda. Género. Exclusión social. Discriminación en el trabajo. Labor

Introdução

A moda é um costume ou hábito que é seguido sazonalmente, o qual tem impacto nas aceções identitárias, laborais e psicossociais de diferentes grupos, ocasionando, em algumas situações, exclusão social. É concebida como um fenômeno complexo que faz parte do comportamento humano e está ligada às formas de existir, produzir e trabalhar das sociedades, sendo intimamente relacionada aos padrões culturais (Alves, Gomes, & Lopes, 2016). No presente artigo, a moda é concebida em interface com o campo do trabalho, buscando retratar dois aspectos fundamentais: a) as dinâmicas psicossociais existentes nos contextos laborais da indústria da moda; b) os impactos da indústria da moda na vida dos trabalhadores de diferentes espaços laborais. Isso é importante, pois, tanto a cadeia produtiva da moda quanto diferentes aspectos da vida cotidiana seguem uma tendência influenciada pela indústria da moda, sendo, portanto, importante analisar os impactos ocasionados por ela, nos focos supracitados, dada a centralidade do tema nos hábitos e práticas psicossociais dos sujeitos, grupos e da própria sociedade.

Conceber a moda por meio da interface com o campo do trabalho se mostra adequado pela dinâmica social envolvida em sua cadeia de produção e difusão nos contextos laborais cotidianos. Em nosso contexto, a moda é disseminada de forma massiva pelos meios de comunicação de massa, tornando-a o modelo vigente ou desejável no cotidiano social. Os meios de comunicação de massa são aqueles que atendem aos interesses de grandes empresas, governos e grupos que estão no poder, transmitindo em grande escala para um quantitativo elevado de receptores os padrões normativos apreciados pelos grupos dominantes (Ortiz, 2016).

A difusão massiva propicia o controle da cultura, possibilitando que os ideais normativos de determinados grupos sociais difundam o que é “estar na moda” e, portanto, valorizados em detrimento aos demais. Com isso, é possível inferir que “estar na moda” significa aderir aos produtos e ideais valorizados disseminados pelos meios de comunicação de massa. Nesse contexto, a mídia tem importância central, pois promulga a ideia de que as pessoas que se enquadram nesse padrão valorativo são mais inspiradoras, desejáveis e têm maior credibilidade. Esse padrão abrange desde a estética facial, cosméticos utilizados, até elementos mais amplos, como o vestuário, comportamentos, estilo pessoal, entre outros elementos relativos aos modos de existir e se expressar (Bissel & Yan, 2014).

Cabe destacar que o controle propiciado pela indústria da moda abrange contextos específicos, como o mundo do trabalho, por exemplo. Nos contextos laborais, a moda pode implicar preconceitos no processo de seleção, na medida em que os empregadores tendem a escolher seus funcionários baseados nos ideários midiáticos de que a expressão pessoal parece ser “certa” e “errada” durante a entrevista, ainda que a aparência não apresente nenhuma relação com os requisitos do cargo (Arts & Van Den Berg, 2018). Outra prática comum nesse meio refere-se ao uso do vestuário como símbolo de poder e estratificação social. As marcas, uniformes diferenciados, entre outros elementos, demarcam aqueles que detêm a autoridade e poder nos espaços laborais, assim, mais do que um *dress code* (código sobre como se vestir e se portar), a moda inserida no ambiente de trabalho resulta num símbolo de fetiche que codifica e estigmatiza os vínculos dos indivíduos com os outros e com a própria organização (Rubinstein, 2001).

No campo de estudos sobre práticas psicossociais, esse tema apresenta alta

relevância, uma vez que incide principalmente sobre as mulheres e outras minorias, ocasionando exclusão social por meio de relações assimétricas e exploratórias. Exemplificam esse tipo de situação preconceitos que sustentam ideias sem fundamento racional, tal como a concepção de que utilizar uma vestimenta mais composta e formal torna a mulher mais competente, e um vestuário mais curto e que exiba mais partes do corpo reduz a competência feminina (Mishra & Mishra, 2015). Assim, é possível verificar que compreender a relação entre práticas psicossociais, indústria da moda e trabalho é de suma importância, pois se vincula à forma como os sujeitos se identificam, realizam o próprio trabalho e sobre como os demais os codificam, o que incide sobre as possibilidades de inserção social e laboral cotidiana (Brembatti & Taketani, 2016).

Respaldoando-se, ainda, na compreensão de que práticas psicossociais que resultam em exclusão social devem ser investigadas, a fim de conceber estratégias capazes de enfrentá-las, o presente estudo adotou a moda em interface com o trabalho como categoria de análise. Destaca-se a opção por enfatizar a compreensão da indústria da moda em interface com o tema do trabalho – como contexto (local de trabalho) e prática psicossocial (formas de interação e produção) – tendo por fundamento apontamentos de estudos anteriores. Diferentes produções em localidades distintas demonstraram as relações socioprodutivas como centrais para compreender o fenômeno de exclusão social ocasionado pela indústria da moda (Hennekam & Bennett, 2017; Perry & Wood, 2019; Winter & Lasch, 2016). Dessa forma, o objetivo desta revisão foi identificar os impactos da indústria da moda nas construções identitárias, contextos de trabalho e organização social, com o intuito de fomentar práticas psicossociais capazes de enfrentar a

ocorrência de exclusão social nesses espaços.

Método

Os estudos foram localizados por meio dos descritores “moda” e “trabalho” utilizados de forma conjunta. A identificação desses descritores foi realizada mediante busca prévia no Indexador de Terminologias em Psicologia disponível na Biblioteca Virtual de Saúde em Psicologia (BVS-Psi). Não foi identificado nenhum termo agrupado para abranger o fenômeno investigado, razão pela qual se optou pela associação de ambos. Esses descritores foram empregados na Scientific Electronic Library Online (SciELO), a qual foi selecionada devido ao foco do estudo em produções brasileiras que também abrangem áreas correlatas à Psicologia, dada a interdisciplinaridade temática e polissêmica das categorias moda e trabalho.

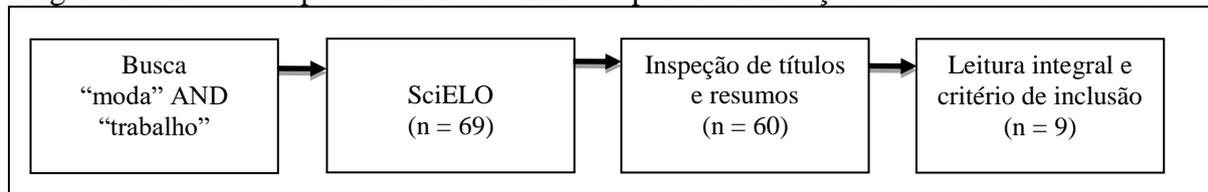
Inicialmente, com a inserção do operador booleano (“moda” AND “trabalho”) na base SciELO, foram identificados 69 estudos, realizando-se a leitura exploratória dos títulos e resumos a fim de selecionar aqueles pertinentes à investigação. Como critério de inclusão, foram retidos estudos que tratavam sobre o tema moda e trabalho como contexto (empresas, indústrias, etc.) ou prática psicossocial (relações laborais, dinâmicas psicossociais, etc.). A aplicação desse critério resultou na exclusão de 60 trabalhos, restando nove para a leitura e análise na íntegra, os quais se mostram pertinentes e integrados à revisão.

A categorização dos estudos em eixos temáticos foi realizada por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2009). A definição das categorias de análise foi efetivada *a posteriori*, depois da leitura na íntegra de todos os artigos incluídos na presente revisão. Destaca-se que os procedimentos utilizados foram

concretizados de forma independente pelos autores, alcançando 89,25% de concordância ao comparar a codificação entre os pesquisadores. Nas situações de divergência, optou-se por incluir o artigo ou categoria temática mediante a análise de

um terceiro pesquisador especialista sobre o tema. A Figura 1 sintetiza os procedimentos utilizados para identificar e selecionar os artigos presentes na revisão.

Figura 1. Síntese dos procedimentos utilizados para identificação e inclusão dos estudos



Fonte: Elaborada pelos autores.

Resultados

Descrição bibliométrica e metodológica

Analisando-se o perfil metodológico e bibliométrico dos artigos, verificou-se a predominância de estudos com método qualitativo (n = 6), seguidos de teóricos (n = 2) e métodos mistos (n = 1). Em relação

à forma de coleta de dados, o registro escrito foi predominante (n = 4). Também foram utilizados pelos autores entrevistas (n = 2), observações (n = 2) e técnicas mistas (n = 1) nos artigos analisados. Apresenta-se uma síntese desses elementos na Tabela 1.

Tabela 1. Descrição dos elementos bibliométricos e metodológicos

Método	Frequência	Coleta de dados	Frequência	Área	Frequência
Qualitativo	6	Registro escrito	4	Administração	3
Teórico	2	Entrevista	2	Antropologia	1
Misto	1	Observação	2	Arquitetura	1
		Entrevista e questionário	1	Ciências Políticas	1
				Economia	1
				Moda	1
				Educação	1

Fonte: Elaborada pelos autores.

A área com predominância de publicação foi a Administração (n = 3), seguida da Antropologia (n = 1), Arquitetura (n = 1), Ciências Políticas (n = 1), Economia (n = 1), Moda (n = 1) e Educação (n = 1). Em suma, nota-se que as produções da área foram apresentadas de forma majoritária por meio de método qualitativo, abrangendo a análise de registros escritos produzidos

majoritariamente por autores da Administração em interface com outras áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Impactos nas construções identitárias

Observando-se os impactos nas construções identitárias, verificaram-se três estudos abrangendo as competências e

vínculos dos sujeitos ao tratar sobre os requisitos para o trabalho, o suporte social e pessoal que as pessoas criavam como alternativa à desvinculação proporcionada nesses contextos de trabalho associados à indústria da moda e à desqualificação da mão de obra relativa ao trabalho artesanal. Os três estudos que abrangeram a

expressão e a criatividade trataram de temas relacionados à inibição da criatividade, expressão da criatividade e autoexpressão no trabalho, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Síntese das implicações da indústria da moda nas construções identitárias

Categories de análise	Corpus	Frequência	Estudos
Competências e vínculos	- Competências para o trabalho - Suporte pessoal e social - Desvalorização do trabalho artesanal	3	Morais <i>et al.</i> (2017); Mesquita <i>et al.</i> (2017); Markert (2002)
Expressão e criatividade	- Inibição da criatividade - Expressão da criatividade - Autoexpressão no trabalho	3	Morais <i>et al.</i> (2017); Markert (2002); Giusti (2013)
Sexismo e esteticismo	- Preconceito ocupacional de gênero - Ausência de empoderamento - Erotização do trabalhador	3	Frasquete e Simili (2017); Morais <i>et al.</i> (2017); Wasser (2015)
Aniquilação identitária	- Desvalorização pessoal - Sofrimento psíquico - Anulação da identidade	2	Helal e Maciel (2017); Wasser (2015)
Imigrantes e indígenas	- Desumanização de imigrantes - Aculturação e evangelização de indígenas	2	Jurado (2011); Montero (2014)

Fonte: Elaborada pelas autoras.

As três pesquisas que se dedicaram a estudar o sexismo e esteticismo no ambiente de trabalho associado à indústria da moda abordaram o preconceito ocupacional de gênero, a ausência de empoderamento e a erotização dos trabalhadores. A aniquilação identitária também foi um tema identificado em dois estudos, os quais trataram a respeito da desvalorização pessoal, sofrimento psíquico e anulação da identidade. Os dois artigos sobre imigrantes e indígenas trouxeram a desumanização desses povos por meio de aculturação e evangelização de suas identidades ancestrais em cadeias produtivas exploratórias.

Impactos em contextos laborais

Enfatizando-se os impactos nos contextos laborais, os artigos revisados demonstraram possíveis práticas exitosas em três produções que trataram de temas como a efetividade de canais digitais, práticas favoráveis à diversidade, gestão alternativa da indústria criativa e coautoria no segmento de vendas. Ademais, três trabalhos versaram sobre temas relacionados às práticas inefetivas, abrangendo cultura autoritária e hostil, negligência patronal, gestão autoritária e inefetividade de ações de treinamento, tal como elencado na Tabela 3.

Tabela 3. Síntese dos impactos da indústria da moda em contextos laborais

Categorias de análise	Corpus	Frequência	Estudos
Práticas exitosas	- Efetividade dos canais digitais - Práticas favoráveis à diversidade - Gestão alternativa da indústria criativa - Coautoria no segmento de vendas	3	Mesquita <i>et al.</i> (2017); Giusti (2013); Wasser (2015)
Práticas inefetivas	- Cultura autoritária e hostil - Negligência patronal - Gestão autoritária - Inefetividade de ações de treinamento	3	Morais <i>et al.</i> (2017); Helal e Maciel (2017); Montero (2014)
Contexto de trabalho	- Ambiente conflituoso - Relações complexas - Condições degradantes - Jornada excessiva	2	Markert (2002); Montero (2014)
Relações no trabalho	- Assédio moral - Agressão física - Esteticismo	2	Helal e Maciel (2017); Wasser (2015)
Populações específicas	- Ritmo de produção artesanal dos imigrantes e indígenas - Associação da mulher aos trabalhos artesanais	2	Frasquete e Simili (2017); Jurado (2011)

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Ainda sobre os impactos em contextos de trabalho da indústria da moda, dois artigos versaram sobre elementos contextuais, abordando assuntos como ambiente conflituoso, relações complexas no ambiente de trabalho, condições degradantes e jornadas excessivas. Temas relacionados às relações no trabalho também foram encontrados em dois artigos, trazendo questões como assédio moral, agressão física e esteticismo. Em outros dois estudos, foram abordados os impactos em populações específicas, principalmente sobre a alteração do ritmo de produção artesanal de populações indígenas e associação da representação do gênero feminino aos trabalhos artesanais.

Impactos na organização social

Os efeitos na organização social, presente nos artigos analisados sobre a indústria da moda, mostraram que a globalização e exploração foram temas de três artigos, tocando em questões como xenofobia, escravidão, cadeias globais de produção, exploração comercial do artesanato indígena e a desvalorização do artesanato como produto cultural. A educação libertária também esteve presente em três artigos, trazendo temas como educar para a igualdade de gênero, educação a distância, educar para a paz, novos lugares sociais para as mulheres e emancipação do gênero feminino como relevante, tal como exibido na Tabela 4.

Tabela 4. Síntese dos impactos da indústria da moda na organização social

Categorias de análise	Corpus	Frequência	Estudos
Globalização e exploração	<ul style="list-style-type: none"> - Xenofobia - - Escravidão Cadeias globais de produção - Exploração comercial do artesanato indígena - Desvalorização do artesanato como produto cultural 	3	Morais <i>et al.</i> (2017); Jurado (2011); Montero (2014)
Educação libertária	<ul style="list-style-type: none"> - Educar para liberdade de gênero - Educação a distância - Educar para a paz - Novos lugares sociais para as mulheres - Emancipação do gênero feminino 	3	Frasquete e Simili (2017); Helal e Maciel (2017); Mesquita <i>et al.</i> (2017)
Criatividade e inovação	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de inovação - Valorização do trabalho criativo - Maximizar criatividade e inovação 	2	Morais <i>et al.</i> (2017); Giusti (2013)
Conflitos sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Violência nas relações - Vínculos efêmeros e fantasiosos - Relações conturbadas 	1	Wasser (2015)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ainda sobre a organização social, em dois artigos foram encontrados os temas criatividade e inovação, trazendo assuntos como ausência de inovação, valorização do trabalho criativo e maximização da criatividade e inovação. A categoria conflitos sociais incluiu um trabalho que apontou para a existência de relações sociais conturbadas, por meio de violência nos vínculos sociais, os quais se apresentaram como efêmeros e fantasiosos no escopo da indústria da moda.

Discussão

Pelos aspectos identificados na revisão, nota-se que as interfaces entre moda e trabalho incidem em vínculos precarizados e estigmatizantes que atuam de forma discriminatória em relação às

minorias, como mulheres, indígenas e outros padrões identitários que não se alinham ao suposto ideal difundido pela indústria da moda no contexto laboral e nos espaços sociais de forma expandida (Frasqueti & Simili, 2017). Como quadro geral, os estudos revisados apresentam que predominam práticas psicossociais negativas que implicam prejuízos à identidade dos trabalhadores, ineficácia nas formas de organização do contexto laboral e anomias na própria organização social (Mesquita *et al.*, 2017).

Por essa razão, é fundamental considerar alternativas para contribuir na otimização dos pontos críticos elencados nos estudos, com o intuito de fomentar práticas psicossociais capazes de enfrentar os impactos concretos nesses contextos, as quais são apresentadas adiante. Na formulação dessas alternativas, os

apontamentos da literatura revisada se mostraram centrais para identificar os elementos críticos e, a partir deles, fundamentar a elaboração de práticas psicossociais positivas em relação aos aspectos críticos explicitados nas investigações analisadas.

Promoção de inclusão e diversidade identitária no trabalho

Em relação às implicações identitárias, é preciso fomentar espaços que valorizem e aceitem o sujeito como ele é, avaliando-o pelas competências que apresenta para o trabalho, em vez dos aspectos estéticos ou diferenças relativas às identidades de gênero (Marques-Junior, 2014). Para tanto, é preciso esclarecer os requisitos dos cargos para que os gestores não ajam de forma preconceituosa, selecionando para os diferentes cargos com base nas competências laborais, em vez de critérios acessórios, como é o caso da estética pessoal (Markert, 2002).

As relações colaborativas entre colegas e supervisores, no formato de assembleia para a produção de soluções sobre o tema, também podem se efetivar como caminhos para priorizar práticas psicossociais inclusivas. No que tange às tarefas, deve-se buscar valorizar os trabalhos artesanais e voltados ao cuidado, que permitam ao sujeito se expressar de forma não padronizada, pois essas manifestações são essenciais para garantir o equilíbrio psicodinâmico nesses espaços (Hirata, 2016).

Também é preciso dar espaço para a expressividade e criatividade, com o intuito de que os trabalhadores sintam a aceitação de suas identidades no contexto de trabalho. A expressão pessoal resulta em autonomia no ambiente laboral, o que, por sua vez, propicia condições favoráveis à realização do trabalho de forma potencialmente criativa. Além disso, combater aspectos destrutivos que incidem sobre as identidades individuais no

trabalho, como o sexismo, também é uma forma de salvaguardar a identidade pessoal, pois ao se preocupar com as questões voltadas para a desigualdade de gênero e promover uma agenda equitativa, a organização reafirma a possibilidade de um espaço laboral identitário inclusivo (Bergamo, 2004; Cortez *et al.*, 2019).

Ademais, é de extrema importância que os funcionários sejam tratados equitativamente e que a empresa tenha ações concretas para o empoderamento feminino e inclusão da diversidade. Esse tipo de ação é importante, visto que padrões não heteronormativos tendem a enfrentar barreiras, no que tange à expressão da identidade social no trabalho, devido a atos discriminatórios praticados por superiores e instituições conservadoras (Silva & Blanchette, 2017). Salienta-se ainda a erotização do trabalhador, que deve ser considerada inadequada ao se promover a valorização identitária, pois exigir que o trabalhador se apresente de forma erótica para atuar no próprio espaço de trabalho cria uma situação em que o indivíduo age como se a centralidade da própria identidade fosse características estéticas (Botti, 2003). Destarte, o foco excessivo nesse aspecto, além de anular a identidade social do trabalhador, pode levar à negligência nessa indústria de outras competências para o trabalho que o indivíduo tem, as quais podem ser passíveis de conversão em maior valor social e econômico quando comparadas aos elementos estéticos (Maciel & Helal, 2017).

Ao retratar a questão identitária de imigrantes e indígenas, o limite, no que tange à adequação da identidade perante valores sociais ou organizacionais, se situa quando o processo de aculturação se mostra presente. Isto é, o indígena é compelido a abandonar suas raízes culturais em favor da cadeia produtiva padronizada. Tal ação, além de se afirmar como um ato de desumanização, por não reconhecer o indivíduo diverso à cultura

dominante, também resulta no fim das identidades étnicas diversas, fazendo com que a diversidade cultural perca força e tenda a desaparecer (Montero, 2014). Nesse aspecto, é necessário que imigrantes, indígenas e qualquer outra minoria tenham seus cultos e expressões de identidade respeitados, independentemente de sua nacionalidade ou crença, e que a organização não exija o abandono desses símbolos culturais como requisito para ingresso no trabalho (Santos, 2011).

Em suma, para evitar a anulação identitária dos trabalhadores no ambiente laboral, é preciso propiciar condições de expressão, concedendo liberdade para que sejam eles mesmos, em vez de reprimi-los e obrigá-los a agir de uma maneira que não condiz com seus valores pessoais (Cortez, Zerbini, & Veiga, 2019ab). Um conflito de interesses existentes nesse processo reside na dificuldade de conciliar o desejo do trabalhador e da organização de trabalho. Afinal, como é possível o trabalhador manter a autoexpressão se o trabalho exige uma série de renúncias, inclusive do próprio desejo, uma vez que o trabalho, ao menos tal como se apresenta na sociedade atual, é visto pela grande maioria dos membros da classe trabalhadora como um sacrifício, uma obrigação, uma forma de garantir a subsistência? Intervir sobre as formas de organização de trabalho, nesse ponto, encontra um limite próprio da estrutura social e econômica vigente, que precisa ser compreendida em detalhes por estudos ulteriores.

Levando-se em consideração o que é possível realizar no sistema social e econômico vigente, deve-se ponderar entre a adequação de valores pessoais e organizacionais para a construção de uma identidade compatível entre a autoexpressão do indivíduo e a manifestação do sujeito no trabalho e em sociedade. Contudo, esse limite é ultrapassado quando somente o ideal organizacional é priorizado, o que se configura como uma prática assediante por

exigir que os trabalhadores ajam sempre de uma maneira dissonante à autoexpressão (Pontes, 2004). No campo organizacional, nota-se que as práticas assediadoras podem resultar em danos para a saúde física e mental do trabalhador, além de diminuir o desempenho no trabalho, o que é desaconselhável por trazer resultados negativos para o bem-estar do trabalhador (Cortez & Veiga, 2019).

Promoção de contextos laborais inclusivos

Os contextos trabalhistas envolvidos na cadeia produtiva da moda devem acolher o diverso, integrar suas formas de pensar e agir ao espaço laboral, de forma que a diferença implique em potencial criativo no processo produtivo, o que requer o reconhecimento das identidades das minorias em detrimento aos padrões culturais e crenças padronizadas distribuídos de forma globalizada pela indústria da moda (Simili, 2008). Como forma de atingir os aspectos supracitados, é preciso intervir no contexto de trabalho agindo nas práticas de gestão do trabalho. Para evitar que conflitos surjam na cadeia produtiva da moda, é necessário adotar formas de gestão que visem esclarecer o trabalho prescrito. Isto é, tornar mais claras as funções e tarefas desempenhadas de cada trabalhador. Práticas de gestão como o mapeamento de cargos, tarefas e funções, conjuntamente ao mapeamento dos processos produtivos, podem facilitar nesse aspecto, com o intuito de propiciar a visualização do complexo de relações que permeiam a organização e, com isso, reduzir a ambiguidade e os conflitos dela resultantes no ambiente laboral (Silva & Ramminger, 2014).

Outros aspectos contextuais que devem ser considerados são as condições degradantes e as jornadas excessivas de trabalho. Essas questões requerem práticas exaustivas de auditoria interna e externa para que os direitos dos trabalhadores e os

padrões ergonômicos de saúde e segurança sejam respeitados. No âmbito de atuação estatal, a fiscalização e efetiva aplicação das regulamentações trabalhistas nas oficinas têxteis se mostram necessárias para que os trabalhadores possam contar com condições satisfatórias de saúde e segurança e tenham os direitos sociais preservados, conforme dispostos nos mecanismos que regulam os vínculos laborais (Cardoso & Araújo, 2016).

Ainda sobre as práticas passíveis de implementação pela organização, verifica-se que um plano de valorização da diversidade, que culmine em formas de gestão alternativa, por se tratar de um segmento industrial disposto no campo da criatividade, pode ser mais adequado à realidade das organizações inseridas na indústria da moda. Nesse aspecto, ainda que o trabalho prescrito possa simplificar os complexos produtivos, é preciso manter certo nível de autonomia no contexto laboral da moda para que os trabalhadores possam dar conta das demandas espontâneas que surgem na realidade de trabalho relacionadas à inventividade e criatividade (Giusti, 2013).

Cabe salientar que a valorização da diversidade se apresenta como um aspecto-chave para reforçar a criatividade nesses contextos, pois com a maior diversificação da força de trabalho, ampliam-se as possibilidades de contribuições criativas entre pares, que agreguem à organização vantagem competitiva por meio da inovação proposta por indivíduos que percebem a realidade por perspectivas distintas. Outra prática que pode inspirar as condições de organização do trabalho na indústria da moda refere-se ao uso dos canais digitais, que, por superarem as barreiras do aqui e agora, maximizam as conexões entre diferentes agentes de trabalhadores, gestores e consumidores (Morais *et al.*, 2017).

Destaca-se que, para que o movimento coautoral ocorra, a inefetividade das práticas pautadas no

autoritarismo e hostilidade deve ser cessada, em busca de estruturas de trabalho que priorizem relações horizontais, dialógicas e em rede (Nunes *et al.*, 2017). A atuação patronal ativa é fundamental nesse aspecto para favorecer relações colaborativas entre supervisores e trabalhadores. Nos casos em que a prática autoritária advém do agente patronal, tanto a resistência conjunta de supervisores e trabalhadores como a intervenção de agências de regulação do trabalho podem ser benéficas para que a gestão autoritária seja interrompida e dê espaço às alternativas exitosas, uma vez que a solidariedade grupal é capaz de romper com os elos de dominação e dependência (Pinheiro & Maia, 2017). Salienta-se que entre os mecanismos de regulação é desejável a proposição de uma ação transversal de treinamento que possibilite aos donos das empresas, supervisores e trabalhadores reconhecerem práticas abusivas em relação às minorias e desencadear ações corretivas, seja no âmbito da própria organização, seja com a presença de um agente externo, como é o caso das instituições judiciais e regulatórias voltadas às questões trabalhistas.

Tratando ainda sobre as práticas passíveis de implementação nos espaços laborais, sugere-se para combater o assédio físico e moral um canal de comunicação com uma agência externa, que, no formato de ouvidoria consultiva, permita aos envolvidos reportar a questão e visualizar formas de resolvê-la (Barreiro *et al.*, 2016). No espaço da própria organização, uma ouvidoria preliminar pode ser estabelecida, mas nos casos em que conflitos de interesse se mostrem predominantes, especificamente na ocorrência de litígios entre indivíduos com subordinação direta, é recomendado que um mecanismo externo arbitre a questão para que a mediação não seja enviesada por interesses pessoais dos agentes envolvidos na organização.

Alternativamente, os trabalhadores também devem ser continuamente orientados sobre a atuação e colaboração da justiça do trabalho para encaminhar as questões assediadas, por se apresentar como fato típico na legislação trabalhista (Aquino & Carvalho, 2016).

Buscando práticas organizacionais capazes de resolver a questão do esteticismo nos ambientes laborais, indica-se maior transparência na formulação das políticas organizacionais, que, ao estabelecer a prescrição do trabalho, devem propiciar aos trabalhadores condições para sugerir modificações e consultá-las, com o intuito de entender de que forma a aparência e o elemento estético deve ser considerado, conforme os requisitos do cargo. Nos casos em que houver ambiguidade, a definição de assembleias consultivas entre os agentes de interesse de determinados setores ou cargos podem facilitar a definição do *dress code* que atenda aos interesses da empresa e se apresente conciliável aos padrões vestuais, culturais e estéticos dos trabalhadores (Leite *et al.*, 2016).

Voltando-se para práticas de gestão do trabalho em contextos laborais com predominância de imigrantes e indígenas, é preciso que sejam consideradas as especificidades culturais desses povos para definição dos turnos de trabalho. Em caso de incompatibilidade dos hábitos culturais devido aos interesses da organização, é preciso que os responsáveis pela indústria da moda busquem consultoria no campo das ciências sociais e jurídicas sobre as formas de atuar para que a proposição da atividade-fim da organização não resulte na aculturação dos hábitos de vida e trabalho desses povos (Jurado, 2011). Ainda que tal consultoria resulte inicialmente em custos adicionais, ela não deve ser negligenciada, pois os custos relativos às eventuais reparações de dano de natureza histórica e cultural podem impactar na inviabilidade de operação da organização, no sentido estrito ou

prejudicar a reputação da marca no segmento por conta do dano cultural causado. Há uma tendência crescente de mentalidade que valoriza a sustentabilidade, os direitos humanos e o bem-estar social em detrimento à atividade-fim da organização, o que deve ser incorporado nos espaços laborais por meio de práticas de gestão sustentáveis e socialmente responsáveis (Piscitelli, 2016).

Outro tema que deve ser considerado ao se propor as práticas de gestão no campo da moda são as questões de gênero, especificamente o trabalho feminino. Os gestores comumente associam as atividades artesanais às mulheres (corte e costura), inviabilizando o acesso feminino aos cargos superiores. No entanto, tal prática não deve ser fomentada, uma vez que se respalda no preconceito (Leite & Carvalho, 2015). Em condições de treinamento equitativo, homens que recebam instruções para corte e costura e outras tarefas erroneamente designadas como “femininas” também podem desempenhar atividades artesanais de forma efetiva (Sarti, 2012). O inverso também é verdadeiro, nos casos em que as mulheres apresentem conhecimento técnico artesanal superior, é provável que tal competência seja mais bem aproveitada fora da linha de produção, uma vez que a habilita a instruir outros colaboradores, avaliar a qualidade do trabalho e desenvolver tarefas de gestão de forma otimizada em relação àqueles que não conhecem o produto-fim da unidade de produção inserida na cadeia industrial da moda (Simioni, 2008).

Promoção de ideário social libertário e aberto à diversidade

Na dimensão da organização social, os impactos da globalização e exploração apresentam centralidade. Para enfrentar essa questão, é imprescindível a atuação de agências de regulação migratória que ampliem o cuidado nas regiões de fronteira

e grandes centros produtivos urbanos para minimizar as condições dos fluxos de escravidão e exploração vivenciados por imigrantes (Ricoardeau, 2018). No aspecto relativo aos indígenas, os órgãos responsáveis por monitorar e representar os interesses dessas populações devem atuar como mediadores das negociações entre os povos e a indústria da moda, a fim de que possam ser estabelecidos contratos sem cláusulas abusivas para as etnias indígenas.

Entre os aspectos a serem observados, deve-se atentar: (i) à adequação da jornada ao ritmo de trabalho da cultura local; e (ii) à compatibilidade entre as tarefas cotidianas da localidade e o trabalho na indústria da moda. Ademais, em longo prazo, o desenvolvimento de oportunidades formativas para proposição do próprio negócio pelos povos tradicionais também é desejável, visto que, com o tempo, a *expertise* adquirida na indústria pode ser convertida em micronegócios locais, os quais podem aumentar a autonomia desses povos, no que tange às práticas de organização do trabalho, e maximizar os benefícios obtidos pelos indígenas como fruto dessas atividades (Silva, 2017).

Ainda no campo da organização social, o desenvolvimento de práticas educacionais que promovam ideais de igualdade entre os gêneros, busquem valorizar o ser humano e suas diferenças étnicas e culturais e identifiquem, nas relações com as demais, possibilidades de parcerias e construção, em vez de destruição e exploração, é altamente indicada (Araujo, 2017). Isso acontece porque os vínculos sociais, as práticas organizacionais e todos os aspectos basilares das relações entre os atores sociais interagem com as formas como o indivíduo tem os valores pessoais construídos em diferentes instâncias, como família, escola, entre outros, que têm como raiz de fundamentação o sistema econômico vigente (Connell, 2013). Por

essa razão, torna-se fundamental a disseminação de uma concepção de educação desmitificadora e libertária, conjuntamente à promoção de um sistema econômico mais justo e igualitário, cujo enfoque se destine a impactar positivamente em espectros mais amplos, como aqueles supracitados (Cortez & Souza, 2017). Uma limitação dessa proposta de organização social atualmente reside no desinteresse das organizações e demais dispositivos capitalistas em promoverem esse tipo de prática psicossocial, o que demanda por investigações e ações futuras abarcando os conflitos de interesses existentes nesse processo.

Cabe ressaltar ainda que a educação libertadora também é uma condição necessária para fomentar a criatividade e a inovação, por exigir um padrão que resulta em engessar as criações, diminuindo as atividades expressivas e o potencial de ação das pessoas. Para tanto, é preciso flexibilizar o tempo, os produtos e as exigências que se propõem aos sujeitos nos diferentes espaços sociais para que os vínculos possam se expandir e, com essa expansividade, as pessoas encontrem maior possibilidade de expressão que impacte em criações e produções inventivas e inovadoras (Vicentini, 2017).

Retomando a questão da desmitificação necessária às práticas educacionais, salienta-se que esse aspecto é fundamental para trazer os sujeitos à realidade, permitindo-os agir criticamente diante da manipulação fantasiosa que atinge nossa sociedade por meios de comunicação massificados. No campo da indústria da moda, a erotização, a manipulação estética dos trabalhadores, a edição computacional e a difusão excessiva de intervenções estéticas e aplicações cosméticas se mostram como as práticas alienantes predominantes (Wasser, 2015). Esses procedimentos tendem a ser utilizados para representar tipos ideais, normalmente inalcançáveis, o que se

aproxima de uma condição de enlouquecimento, pois resulta na busca fantasiosa por padrões inexistentes na realidade. Dessa forma, viver numa condição de busca pela fantasia pode levar os trabalhadores ao sofrimento psíquico ou à expressão constante da violência e não aceitação de si mesmo e do outro pela impossibilidade de atingir um padrão minimamente aceitável para a própria existência, devido aos ideais ilusórios difundidos de forma massiva pela indústria da moda (Oliveira, 2017).

Nesse sentido, além da educação desmitificadora, é necessária a promoção de imagens mais próximas ao real, em vez de padrões meramente ilustrativos para que as pessoas não vivam à *mercê* de um padrão fantasioso inexistente na realidade. Afinal, viver em busca desse padrão só presta aos interesses de uma indústria da moda focada na alienação dos indivíduos sobre a realidade e seus próprios valores pessoais, o que, entre diferentes disparadores, pode ter como fator motivador o interesse comercial da indústria da moda (Kaczan, 2013).

De forma implícita, esse interesse pode estar inscrito na difusão de padrões estéticos ilusórios, que resultam no consumo impulsivo, preceito principal da cadeia da moda como promessa de o sujeito se realizar plenamente conforme as possibilidades de consumo que a própria indústria da moda oferece. No entanto, na realidade, a alienação programática serve unicamente para tornar viável economicamente a cadeia produtiva da moda, com o aumento do consumismo desenfreado, a qual também prospera à custa da exploração dos trabalhadores e manutenção da alienação dos atores sociais sobre seus próprios valores e prioridades como organização social.

De modo conjunto, os pontos críticos apresentados indicam que a raiz de fundamentação dos problemas expostos na indústria da moda encontra-se em uma forma de produção perversa e excludente

que despoticiza os trabalhadores e suas identidades múltiplas. Ao mesmo tempo, essa indústria cultural promove mitificação e preconceito nas relações sociais e formas de organização do trabalho. *A posteriori*, também se oferece como alternativa de consumo para solucionar as lacunas que criou (Gonçalves, 2010). Por essa razão, ainda que as práticas psicossociais pontuadas no presente trabalho possam se prestar à otimização de focos sintomáticos emergentes nas dinâmicas supracitadas, somente com uma reavaliação das formas de vinculação social e produção dos próprios homens é que será possível emergir práticas sociais cuja finalidade se destine de forma primordial à promoção de saúde e efetivação de direitos sociais das minorias em favor do acolhimento de identidades múltiplas em instâncias sociais que se mostrem efetivamente inclusivas (Rodrigues, 2010).

Considerações finais

O presente estudo contribuiu com a identificação dos impactos da indústria da moda nas construções identitárias, contextos de trabalho e práticas sociais propostos nos estudos revisados sobre o tema. Por meio dos apontamentos identificados na literatura, foi possível vislumbrar práticas a serem desenvolvidas para propiciar melhores condições de expressão identitária, organização dos espaços laborais e formas de organização social aos sujeitos. Entre as limitações desta investigação, destacam-se a natureza descritiva predominante do método de revisão, a qual impossibilita comparar vieses relativos aos estudos, e a ausência de evidências empíricas que sustentem as elaborações práticas apresentadas aos pontos críticos supracitados, as quais devem ser testadas e produzidas por estudos futuros. No entanto, ainda que as propostas de ação idealizadas por meio da presente revisão da literatura careçam de evidências quanto à efetividade de

aplicação, essas alternativas se apresentam como expressões recorrentes na literatura, que exigem a formulação de proposições teóricas e práticas robustas, dada a necessidade de intervenção nesses espaços.

Nesse sentido, propõe-se uma agenda de pesquisa e intervenção sobre o tema, a qual deve: a) testar as propostas interventivas geradas no presente estudo; b) contrastar os resultados dos estudos revisados com aqueles disponíveis em outras bases; c) confrontar a literatura apresentada com estudos que retratem com maior propriedade a relação entre moda no trabalho e *life style*; d) analisar de forma processual conflitos de interesses e impossibilidades decorrentes do sistema econômico e social vigente; e) desenvolver propostas de gestão, mensuração, pesquisa e intervenção nos contextos laborais e populações vulneráveis relacionadas à indústria da moda elencados no presente estudo. Em última instância, os temas relativos à interface entre indústria da moda, subjetivação, trabalho e sociedade encontrados na presente revisão prestam-se a fornecer pistas de contextos e relações que necessitam de elaborações teóricas e práticas efetivas para que as dinâmicas sociais excludentes se convertam em condições de promoção de saúde, bem-estar social e inclusão de minorias nas diferentes instâncias que fazem interface com a indústria da moda.

Referências

- Alves, P. E., Gomes, N. P., & Lopes, M. A. V. (2016). Coolhunting e estudos de tendências aplicados à moda: modelo de segmentação estratégica. *Moda Palavra E-Periódico*, 17(9), 6-26. Doi: 10.5965/1982615x09172016006.
- Aquino, M. G. S., & Carvalho, C. C. (2016). Política Judiciária de Tratamento Adequado dos *Conflitos* de Interesses: uma análise sobre os sujeitos envolvidos na política de solução e prevenção de litígios no Brasil. *Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça*, 1(2), 195-216. Recuperado de <https://goo.gl/ZfoKpd>.
- Arts, J., & Van Den Berg, M. (2018). The Aesthetics of Work-Readiness: Aesthetic Judgements and Pedagogies for Conditional Welfare and Post-Fordist Labour Markets. *Work, Employment and Society*, 32(1), 1-16. Doi: 10.1177/0950017018758196.
- Araujo, A. B. (2017). Gênero no mundo do trabalho. *Cadernos Pagu*, (51). Doi: 0.1590/18094449201700510024.
- Barreiro, A. E. A., Lopes, C. M. P., Rodrigues, J. A. R., & Bassini, M. (2016). Ouvidoria pública e privada no Brasil: concepção e oferecimento de um curso de extensão universitária. *Sínteses: Revista Eletrônica do SIMTEC*, (2), 198. Doi: 10.20396/sinteses.v0i2.8553.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bergamo, A. (2004). Elegância e atitude: diferenças sociais e de gênero no mundo da moda. *Cadernos Pagu*, 22(1), 83-113. Doi: 10.1590/S0104-83332004000100005.
- Bissel, K., & Yan, Y. (2014). The Globalization of Beauty: How is Ideal Beauty Influenced by Globally Published Fashion and Beauty Magazines?. *Journal of Intercultural Communication Research*, 43(1), 194-214. Doi: 10.1080/17475759.2014.917432.
- Botti, M. M. V. (2003). Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher. *Cadernos Pagu*, (21), 103-131. Recuperado de <https://goo.gl/m6Mb8R>.
- Brembatti, K., & Taketani, Y. (2016). Moda e identidade. *Comunicação – Reflexões, Experiências, Ensino*, 11(11), 9-16. Recuperado de <https://goo.gl/yGGwjV>.
- Cardoso, M. C. B., & Araújo, T. M. (2016). Os centros de referências em saúde do trabalhador e as ações em

- Cortez, P. A., Sammur, J. T. E. D., Souza, M. V. R., & Lessa, J. P. A. *Moda e trabalho como prática de exclusão social: uma revisão das produções acadêmicas brasileiras.*
- saúde mental: um inquérito no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 41(1), 1-13. Doi: 10.1590/2317-6369000118115.
- Connell, R. (2013). Masculinidade corporativa e o contexto global: um estudo de caso de dinâmica conservadora de gênero. *Cadernos Pagu*, (40), 323-344. Doi: 10.1590/S0104-83332013000100010.
- Cortez, P. A., & Souza, M. V. R. (2017). Menos profissionais, mais sujeitos: formação para a educação popular no Sistema Único de Saúde (SUS). *Revista de Educação Popular*, 16(2), 27-37. Doi: 10.14393/REP_v16n22017_art02.
- Cortez, P. A., Veiga, H. M. D. S., Gomide, A. P. D. Á., & Souza, M. V. R. D. (2019). Suicídio no trabalho: um estudo de revisão da literatura brasileira em Psicologia. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 19(1), 523-531. Doi: 10.17652/rpot/2019.1.14480.
- Cortez, P. A., Zerbini, T., & Veiga, H. M. D. S. (2019a). Práticas humanizadas de gestão de pessoas e organização do trabalho: para além do positivismo e do dataísmo. *Trabalho, Educação e Saúde*, 17(3), 1-23. Doi: 10.1590/1981-7746-sol00215.
- Cortez, P. A., Zerbini, T., & Veiga, H. M. D. (2019b). Work Context and Burnout: Confirmation of Moderators from Meta-Analysis Evidence. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 19(4), 755-761. Doi: 10.17652/rpot/2019.4.17499.
- Cortez, P. A., Veiga, H. M. S. (2019). *Desenvolvimento de bem-estar no trabalho e proatividade como estratégia de prevenção de intenção de rotatividade entre docentes de rede pública de ensino.* Editora Atena. Doi: 10.22533/at.ed.1631908054.
- Cortez, P. A., Souza, M. V. R., Salvador, A. P., & Oliveira, L. F. A. (2019). Sexismo, misoginia e LGBTQfobia: desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 29(1), 1-22. Doi: 10.1590/s0103-73312019290414.
- Frasquete, D. R., & Simili, I. G. (2017). A moda e as mulheres: as práticas de costura e o trabalho feminino no Brasil nos anos 1950 e 1960. *História da Educação*, 21(53), 267-283. Doi: 10.1590/2236-3459/60209.
- Giusti, N. (2013). Art Works: Organizar el trabajo creativo en la moda y en el arte. *Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*, 44(1), 175-184. Recuperado de <https://goo.gl/ziJVK8>.
- Gonçalves, E. (2016). “Remar o próprio barco”: a centralidade do trabalho no mundo das mulheres sós. *Cadernos Pagu*, 34(1), 235-268. Doi: 10.1590/S0104-83332010000100010.
- Hirata, H. (2016). Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. *Cadernos Pagu*, 46(1), 151-163. Doi: 10.1590/18094449201600460151.
- Jurado, G. S. B. (2011). Campos de poder artesanais en la comunidad Kamsá de Sibundoy, Putumayo, Colombia. Del trueque a las tendencias de moda. *Apuntes*, 24(2), 178-195. Recuperado de <https://goo.gl/KuMSjR>.
- Kaczan, G. P. (2013). Estampas del deseo y del desear: imágenes de moda en Argentina en las primeras décadas de 1900. *Cadernos Pagu*, 41(1), 121-157. Doi: 10.1590/S0104-83332013000200011.
- Leite, C., Almeida, J., Vais, R., Ferreira, V., Monteiro, R., Saleiro, S., Lopes, M., & Múrias, C. (2016). *LGE, Local Gender Equality: guia para a integração a nível local da perspectiva de Género na Gestão de pessoas, Formação e Emprego.* Coimbra: CES, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Leite, M. P., & Guimarães, P. C. (2015). Tudo muda, nada muda: as implicações do uso das tecnologias de informação sobre o trabalho das mulheres no setor eletroeletrônico. *Cadernos Pagu*, 44(1),

- 333-366. Doi: 10.1590/1809-449201500440333.
- Maciel, H. W. P., & Helal, D. H. (2017). “Detalhes de sua incompetência não me interessam”: o assédio moral no filme *O Diabo Veste Prada*. *REAd Revista Eletrônica de Administração*, 23(1), 412-427. Doi: 10.1590/1413-2311.181.75135.
- Markert, W. (2002). Trabalho e comunicação: reflexões sobre um conceito dialético de competência. *Educação & Sociedade*, 23(79), 189-211. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10854.pdf>.
- Marques-Junior, G. (2014). Espaço, profissão e gênero: mobilidade e carreira entre juízes e juízas no estado de São Paulo. *Cadernos Pagu*, 43(1), 265-297. Doi: 10.1590/0104-8333201400430265.
- Mesquita, R. F., Matos, F. R. N., Sena, A. M. C., & Leite, K. C. T. The Multiplicity of Facets Contemporary Femininity in High Fashion Blogs. *RAM, Revista de Administração Mackenzie*, 18(1), 96-119. Doi: 1590/1678-69712017/administracao.v18n1p96-119.
- Mishra, A., & Mishra, S. (2015). Attitude of Professionals and Students towards Professional Dress Code, Tattoos and Body Piercing in the Corporate World. *International Journal of Innovative Research & Development*, 4(1), 324-331. Recuperado de <https://goo.gl/uNF4tw>.
- Montero. J. (2014). Discursos de moda: ¿Cómo justificar la explotación de inmigrantes en talleres de costura?. *Trabajo y Sociedad*, 23(1), 107-125. Recuperado de <https://goo.gl/aRzNQw>.
- Morais, A. S. A., Sehnem, S., Sarquis, A. B., & Dias, T. (2017). O processo produtivo artesanal analisado sob o enfoque de inovações sociais: um estudo de caso na cadeia produtiva da moda. *Interações*, 18(4), 121-135. Recuperado de <https://goo.gl/iqmAZ9>.
- Nunes, L. L. S. T., Rosa, L. Q., Souza, M. V., & Spanhol, F. J. (2017). Educação em rede: tendências tecnológicas e pedagógicas na sociedade em rede. *Em Rede – Revista de Educação a Distância*, 3(2), 197-212. Recuperado de <https://goo.gl/WCQ6Bx>.
- Oliveira, I. M. (2017). The Automaton: a Figure of Passion. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 20(2), 371-387. Doi: 10.1590/1809-44142017002006.
- Ortiz, R. (2016). A Escola de Frankfurt e a questão da cultura. *Revista Sociologia em Rede*, 6(6), 203-242. Recuperado de <https://goo.gl/e4JeY3>.
- Pinheiro, F. D., & Maia, L. S. (2017). Cativas do corpo, libertas pelo trabalho: casos de mulheres de cor nas fronteiras entre escravidão e liberdade (Mariana, séculos XVIII e XIX). *Cadernos Pagu*, 50(1). Recuperado de <https://goo.gl/9gwvrE>.
- Piscitelli, A. (2016). Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas: novas questões conceituais. *Cadernos Pagu*, 47(1), 132-162. Doi: 10.1590/18094449201600470005.
- Pontes, H. (2004). Modas e modos: uma leitura enviesada de “O espírito das roupas”. *Cadernos Pagu*, 22(1), 13-46. Doi: 10.1590/S0104-83332004000100003.
- Ricordeau, G. (2018). A Case Study about the Global Policing of Third World Intermarried Women: Filipino Women and Marriage Migration. *Cadernos Pagu*, 51(1). Doi: 10.1590/18094449201700510004.
- Rodrigues, C. (2010). Diferença sexual, direitos e identidade: um debate a partir do pensamento da desconstrução. *Cadernos Pagu*, 34(1), 209-233. Recuperado de <https://goo.gl/rz9YNC>.
- Rubinstein, R. P. (2001). *Dress Code: Meanings and Messages in American Culture*. New York: Routledge

- Santos, N. P. (2011). Trabalho e relações sociais de sexo: uma aventura coletiva com Danièle Kergoat. *Cadernos Pagu*, 37(1), 433-436. Doi: 10.1590/S0104-83332011000200019.
- Sarti, R. (2012). Melhor o cozinheiro?: um percurso sobre a dimensão de gênero da preparação da comida (Europa ocidental, séculos XVI-XIX). *Cadernos Pagu*, 39(1), 87-158. Doi: 0.1590/S0104-83332012000200004.
- Silva, A. P., & Blanchette, T. G. (2017). Por amor, por dinheiro?: trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina. *Cadernos Pagu*, 50(1). Doi: 10.1590/1809444920170050001.
- Silva, C. O., & Ramminger, T. (2014). O trabalho como operador de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(2), 4751-4758. Doi: 10.1590/1413-812320141912.15212013.
- Silva, P. T. B. (2017). Processos de empoderamento e práticas de sustentabilidade e autogestão entre professoras Pataxó no território Kaí-Pequi. *Amerika. Mémoires, identités, territoires*, 1(16), 1-12. Recuperado de <https://goo.gl/64wca6>.
- Simioni, A. P. C. (2008). Mulheres e moda em São Paulo: das vitrines iluminadas às sombrias salas de costura. *Cadernos Pagu*, 31(1), 565-572. Doi: 10.1590/S0104-83332008000200025.
- Simili, I. G. (2008). Educação e produção de moda na Segunda Guerra Mundial: as voluntárias da Legião Brasileira de Assistência. *Cadernos Pagu*, 31(1), 439-469. Recuperado de <https://goo.gl/QKaUH7>.
- Vicentine, C. M. (2017). Inovação e administração estratégica para os novos cenários competitivos do século XXI. *REBRAE, Revista Brasileira de Estratégia*, 2(3), 225-232. Doi: 10.273/rebrae.v2i3.13463.g12881.
- Wasser, N. (2015). Afetos ao trabalho: notas sobre a sedução da subjetividade em uma empresa brasileira de moda. *Cadernos Pagu*, 45(1), 401-427. Doi: 10.1590/18094449201500450401.427.

Recebido em: 18/3/2019

Aceito em: 8/8/2020

A revista PPP está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).